



PANDEMIA 2020: UM OLHAR SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO NO RURAL

Helen Junara Balbinotti Zangrande, Mestre em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Cristiane Maria Tonetto Godoy, Dra. Em Extensão Rural, Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Rebeca Ribeiro Traça, Mestre em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paulo Henrique de Oliveira, Dr. em Fitotecnia, Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino/Paraná sobre a educação no rural e o papel do acesso internet e telefonia móvel para o ensino, especialmente na época da pandemia de Covid-19. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte agricultores familiares do município. Como conclusão, podemos aferir que houve um grande fechamento das escolas rurais no município, fazendo com que as crianças e jovens rurais se desloquem para escolas urbanas. Ainda, o acesso ao sinal e ao telefone móvel nas propriedades é instável e com sinal regular, o que acaba limitando o acesso a internet, conseqüentemente a uma educação de forma remota ou acesso à informação.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Internet, Celular, Escolas rurais, Covid-19.

Introdução

A educação é um dos pilares para o desenvolvimento de uma região ou país, e é necessário emergir debates acerca da temática, em especial para o meio rural. No que se refere ao rural brasileiro teremos nos últimos anos o fechamento das escolas rurais e quando nos questionamos sobre isso, podemos refletir que diversos fatores conjuraram para esses fechamentos.

Para Koling et al. (1999), emergem a desvalorização do homem no campo, incluindo cultura, costumes, concepções, como se esse estilo de vida fosse, num futuro próximo, tornar-se obsoleto. Desta forma, o âmbito escolar foi cenário da desvalorização do agricultor, no qual a educação teve como maior interesse satisfazer às necessidades da



modernidade, ou seja, do urbano, da indústria e da alta produtividade. Tal incúria sobre a educação rural é, segundo Camini (1998), umas das causas do êxodo rural, pois tem levado ao entendimento de que quem estudou deve deixar o campo, ficando no campo aqueles que não passaram pelo processo de escolarização.

Ademais, com os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação, através da internet e telefonia móvel com acesso a internet, a sociedade se transformou em uma sociedade digital. Em especial na educação, Cordeiro (2020) aponta que as tecnologias digitais proporcionam a criação de ferramentas que permitem ao aluno uma maior disponibilidade e acesso aos conteúdos escolares e as informações, o que acaba tornando o processo de educação dinâmico e inovador.

Dessa forma, são de suma importância e necessária que sejam discutidos os rumos da educação para as populações rurais, bem como o acesso e o uso da internet para a educação remota. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo compreender a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino/Paraná sobre a educação no rural, bem como qual o papel do acesso internet e telefonia móvel para o ensino, em especial na época da pandemia de Covid-19.

Metodologia

O município de Vitorino está localizado na região sudoeste do estado do Paraná. De acordo com Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social/IPARDES (2018), a matriz econômica do município está baseada na agricultura e pecuária familiares e tem como principais culturas agrícolas temporárias: a soja, feijão, seguido do trigo, milho e aveia. Entre as culturas permanentes tem destaque a erva mate, a laranja, o pêssego e a uva, já na pecuária sobressaem à criação de bovinos e galináceos, a aquicultura e os subprodutos leite e ovos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2019), no ano de 2019 o município tinha como população estimada 6.838 pessoas. Em relação à taxa de escolarização apresenta o percentual de 97,4% na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, de acordo com o Censo do ano de 2010. Ainda, de acordo com os dados encontrados no IBGE, no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb, do ano de 2017, o município apresentava nos anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) o índice de 7,5 e o índice dos anos finais do ensino fundamental (Rede pública) igual a 4,9 (os parâmetros do Ideb apresentam os índices variando da nota zero a 10). Em relação ao Brasil, o município encontra-se na 3.079^o posição no ranking da educação, sendo 5570^o o total desse



posicionamento. Atualmente, em Vitorino existem quatro escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio.

No que se refere ao aporte metodológico a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, a qual é configurada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem entre esse universo e os seus significados. Para Gómez, Florez e Jiménez (1996), a pesquisa qualitativa é o retrato vida de um grupo social, pois é possível descrever analiticamente o caráter interpretativo de uma estrutura social ou cultura. A partir dela podemos construir de forma teórica esquemas que consigam responder o mais fiel possível às percepções, realidade e ações do grupo social estudado.

Dentre os diversos métodos da pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada aproxima o pesquisador e o entrevistado, deixando esse último à vontade para expressar suas opiniões e percepções. Conforme Fujisawa (2000), a entrevista semiestruturada é uma das técnicas que se guia a partir de um roteiro de questões e que permite ao pesquisador realizar mudanças e flexibilizações à medida que as informações vão sendo originadas, enriquecendo a pesquisa com detalhes.

Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte agricultores familiares do município de Vitorino, Paraná, tendo como compreender a percepção dos agricultores sobre a educação no rural e a sua importância para a reprodução da agricultura familiar. Cabe salientar que a seleção de entrevistados não foi pautada em delineamentos estatísticos. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro do ano de 2019, no contexto de atividades de extensão desenvolvidas por docentes do curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco, essas atividades, tratavam dos temas: Pecuária Leiteira e Conservação e Manejo de Solos.

Os questionamentos feitos aos agricultores focalizaram diversos aspectos. Neste artigo priorizamos: a dinâmica das propriedades rurais; existência ou não de escola na comunidade; importância que as famílias atribuíam aos estudos; que conteúdos acham necessário estudar; se voltariam a estudar; se o ensino dado no meio urbano valoriza o meio rural e a permanência do jovem no campo. Para as análises das respostas foram seguidos e estruturados os seguintes passos: (a) o entendimento da dinâmica das propriedades rurais; (b) o contexto do discurso, analisando os sentidos e significados das respostas dos agricultores; e, (c) a interpretação das percepções pelos pesquisadores e a articulação com outros estudos e pesquisas. Essa metodologia foi pensada para que se pudessem ter indicadores qualitativos que permitissem compreender aspectos da realidade vivida pela população rural do município.

E como está a educação e o acesso a internet e a telefonia móvel?

Ao pensarmos sobre a reprodução social da agricultura familiar e no próprio desenvolvimento rural, torna-se indispensável refletirmos sobre a educação voltada para a população rural. Para construir elementos debatedores para o que nos propomos, partimos primeiramente para a constituição da unidade familiar. Consideramos a unidade familiar composta por todos os indivíduos que moram nas propriedades rurais entrevistadas, como pode ser visualizado na Tabela 1. Para uma maior compreensão tabulamos os dados encontrados da seguinte forma: número de domicílios entrevistados; número total de pessoas nas unidades familiares; faixa etária; gênero; e escolaridade.

Tabela 1 – Caracterização das Unidades Familiares entrevistadas

CARACTERÍSTICAS	VALOR
Perfil e total de pessoas residentes	78
Gênero:	
<i>Homens</i>	42
<i>Mulheres</i>	36
Idade:	
Pessoas com menos de 14 anos	10
Pessoas entre 15 anos e 25 anos	13
Pessoas entre 26 anos e 35 anos	11
Pessoas entre 36 anos e 45 anos	10
Pessoas entre 46 anos e 55 anos	14
Pessoas entre 56 anos e 65 anos	13
Pessoas com 66 anos ou mais	06
Escolaridade:	
Analfabetos	05
Pessoas com Ensino Fundamental incompleto	30
Pessoas com Ensino Fundamental completo	16
Pessoas com Ensino médio ou técnico completo	12
Pessoas com Ensino Superior em andamento ou completo	13

Fonte: Autoria própria (2020).

Nesse sentido, constamos 78 pessoas residentes nas propriedades, sendo 42 homens e 36 mulheres, o que podemos aferir certa igualdade no que se refere ao gênero. Em relação à faixa de idade teremos os agrupamentos de 0 a 25 anos com 23 pessoas; de 26 a 45 anos 21 pessoas; de 46 a 65 anos com 27 pessoas; e com mais de 66 anos, apenas 06 pessoas. Nos dados apresentados podemos verificar que o maior número de pessoas está entre a faixa etária de 46 a 65 anos, o que pode ser justificado pelo êxodo dos mais jovens para os centros urbanos e consequentemente um envelhecimento no rural.



De acordo com Froehlich et al. (2011), o êxodo rural foi mais intenso na década de 1980, onde famílias inteiras se deslocavam para os centros urbanos. Entretanto, nas últimas décadas esse êxodo sofreu mudanças de perfis, pois com as políticas públicas para a agricultura familiar e a aposentadoria rural foi possível a permanência das pessoas mais idosas no campo, porém, essa realidade não é encontrada para o segmento jovem. Ferreira e Alves (2009) ao estudarem a evolução da população rural no período dos anos de 1996 a 2006 demonstraram que a faixa etária de 0 a 29 anos sofreu redução em termos absolutos, ao contrário dos limites etários de 30 a 59 anos e acima de 60 anos que sofreram um aumento, fenômeno do envelhecimento rural.

Ao analisarmos a escolaridade da unidade familiar (Tabela 1) podemos perceber que existem 05 analfabetos registrados, destes 02 são idosos e 03 são crianças que ainda não foram escolarizadas. Apesar da taxa de analfabetismo ser baixa, podemos verificar ainda a existência de pessoas com ensino fundamental incompleto, mesmo anulando o número de crianças (dez), acabam restando 20 pessoas de outras faixas etárias que não concluíram o Ensino Fundamental. A nosso ver, uma quantidade expressiva, portanto. Entre outras faixas de escolaridade encontramos as 16 pessoas com Ensino Fundamental completo; 12 pessoas com Ensino médio ou técnico completo; e 13 pessoas com Ensino Superior em andamento ou completo. Afim, de facilitar o contexto e a compreensão das discussões apresentadas, realizamos ainda, uma tabela (Tabela 2) com dados apenas dos agricultores entrevistados, quanto à sua idade e escolaridade. Facilitando o cenário, em sequência, discutido.



Tabela 2 – Idade e escolaridade dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	IDADE	ESCOLARIDADE
1	63	Técnico Agrícola
2	53	Analfabeto
3	39	2º grau
4	70	Analfabeto
5	67	3º grau
6	42	1º grau
7	75	4ª série
8	40	1º grau
9	55	2º grau
10	62	4ª série
11	25	Técnico Agrícola
12	60	4º ano
13	48	Ensino Fundamental I
14	44	4ª série
15	55	Ensino Fundamental (ginásio)
16	60	4ª série
17	45	Não informado
18	68	2º ano
19	21	Ensino médio completo
20	30	Não informado

Fonte: Autoria própria (2020).

Notamos, portanto, que os entrevistados, em sua grande maioria apresentam o grau de escolaridade até o ensino fundamental I, no qual atualmente é dividido em turmas de 1º a 5º ano, envolvendo alunos a partir dos seis anos de idade. Ainda, pela Tabela acima é possível aferir que os de agricultores que não concluíram os estudos ou com baixa escolaridade estão diretamente relacionados com os agricultores acima dos 40 anos, os com idade abaixo dessa faixa são os que apresentam uma melhor escolaridade.

Recorremos aos estudos de Fukui, Sampaio e Briochi (1980) para tentar compreender a questão acima. De acordo com as autoras, na década de 1970 e 1980 os filhos dos médios e grandes agricultores frequentavam as escolas urbanas, já que os pais possuíam condições para isso, já os filhos dos pequenos agricultores desde muito cedo faziam parte do trabalho da propriedade como mão de obra familiar, ficando os estudos em segundo lugar. Também, podemos acrescentar a essa questão que as escolas rurais não possuíam todas as séries, os alunos para dar continuidade aos estudos deveriam ir até os centros urbanos, o que muitas vezes era de difícil acesso.



Quanto à existência de escolas nas comunidades rurais do município, apenas um agricultor relatou a permanência de uma escola em sua comunidade, da qual compreende até o ensino fundamental I, o restante dos entrevistados alegou que o fechamento das escolas rurais ocorreu há 25 e 40 anos atrás. O motivo afirmado pelos agricultores para extinção e fechamento dessas escolas foi à falta de crianças no rural, tornando-se inviável manter as escolas e a criação de turmas nas comunidades. Ao retomarmos a Tabela 1, podemos perceber a pouca presença de crianças nas unidades familiares, o que vem ao encontro das falas dos entrevistados sobre a redução de crianças no rural.

Nesse sentido, podemos analisar que um dos indicativos do baixo índice de crianças na comunidade e um maior índice de pessoas entre 46 e 55 anos, está ligado ao êxodo rural. Essa migração da área rural aos centros urbanos, teve seu início principalmente no século XX, quando uma massa de pessoas se retirou no rural em busca de melhores oportunidades, buscando a ascensão na pirâmide social do país, fruto da implementação e desenvolvimento da indústria nacional ocorrida primeiramente nos centros urbanos. Assim, as raízes pertencentes ao êxodo rural são profundas e ainda hoje revelam consequências e apropriações nos modos de viver e pensar, não apenas no meio urbano, mas também, no rural (FENG; FERRANTE, 2006).

Contexto afirmado pelo entrevistado 16 quando afirma que: “[...] Hoje a pessoa que fica no campo é difícil, é o pessoal mais de idade que fica, os mais jovens não ficam”. Segundo os entrevistados, ainda, as poucas crianças permanentes no meio rural, são direcionadas aos centros urbanos para o acesso e permanência na escola, através Lei n.º 10.880 de 2004, do qual oferta ônibus aos estudantes rurais para encaminhamento até a escola (BRASIL, 2004). Sobre o programa o entrevistado 19 afirma: “O município já dá o transporte e tem professores bons na cidade, não tem porque se deslocar, não compensa”.

Tais políticas voltadas para a educação em um primeiro olhar pode parecer muito benéfica, embora, ainda mantenha um ideal de desenvolvimento que vê o ambiente rural como local de subempregos, pouco ou sem desenvolvimento, de pouca rentabilidade e salários, uma cultura inativa perante o cenário de industrialização e exportação em que se vive. Buscando, portanto, a desconstrução de identidade e ruralidade brasileira, com a anulação dos seus modos de vida, cultura, saberes, técnicas e visão de mundo (BATISTELA et al., 2017).

Essas construções identitárias podem ser percebidas, ora sutilmente, ora manifestas nos discursos dos agricultores. Dessa forma, quando questionados sobre a importância da educação, podemos notar a associação da necessidade da educação e do estudar para o rompimento do “sofrimento”, “desemprego” e desvalorização, além da rentabilidade. Ainda, a



ausência do estudar e a vida no campo foram associadas como um recurso para “enfrentamento”, obtenção de uma “profissão” e uma “formação”. A seguir algumas afirmações dos entrevistados que direcionam essa análise:

“quem não acompanha acaba ficando desempregado” (ENTREVISTADO 1).

“Para estudar e conseguir emprego com mais renda” (ENTREVISTADO 2).

“Para ter profissão [...] para enfrentar a cidade grande e o comércio” (ENTREVISTADO 4).

“Se tivesse estudado estaria em outro lugar” (ENTREVISTADO 5).

“Hoje é para tudo, depende de tudo as consequências vem depois” (ENTREVISTADO 13).

“Hoje tudo depende do estudo para ter formação” (ENTREVISTADO 16).

“[...] quem não tiver estudo só carpindo o barranco, com o estudo já é difícil”
(ENTREVISTADO 18).

“[...] consegue emprego melhor dependendo da formação, pelo conhecimento consegue o que seus pais não conseguiram” (ENTREVISTADO 19).

Essas afirmações remetem a um contexto histórico no qual estão inseridos, que visualiza a escolarização formal como uma oportunidade de tornarem-se trabalhador melhorando sua vida. Não obstante, nas falas pode ser notado que a profissão na agricultura não é reconhecida ou não tem importância, consequência da visão construída na época da modernização que o rural era atrasado.

Em consonância Fernandes (2004), pondera que quando passamos a pensar em um mundo apoiado em um lugar em que não vivemos, acabamos idealizando esse mundo e vivemos o não lugar. Extrapolando essa ideia, seria o que acontece quando a população rural pensa na vida da cidade, um modo de vida distinto do seu. Esse pensamento idealizado acaba por levar ao estranhamento de si, um dificultador da construção de identidade, fator fundamental para a formação cultural.

Esse contexto tem se mantido e ampliado por meio dos processos educativos, que tem visado somente à reprodução dos interesses político-ideológicos hegemônicos, presentes em todo o contexto, político e social, como também na oferta educacional do Brasil. Os saberes se ancoram em uma perversa e sistemática atuação, que estigmatiza a população rural como atrasada, subdesenvolvida e alienada. Uma oligarquia que compactua com o fechamento de escolas rurais como uma forma de manutenção de poder (NASCIMENTO; BICALHO, 2019).



Esses modelos se apresentam aos agricultores como mudança de vida através da educação, mas que nas entrelinhas possuem valores e interesses apenas com demandas da mão de obra do mercado reforçando uma educação que prepara para as tarefas que exigem divisão social do trabalho “[...] preparam-no para o cultivo de um produto determinado ou adestram-no para a execução de uma determinada fase do processo produtivo” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1993 apud KREUTZ, 2008, p. 8).

A educação escolar e a extraescolar vivenciada pelos agricultores e seus filhos não tem subsidiado um saber real e autônomo necessário para superar o determinismo social que a cada dia vem sendo soterrados (LIMA et al., 2010). Contexto que vem sendo historicamente marcado por políticas para a educação rural e que sempre estão centrados em projetos conservadores e tradicionais da ruralidade nacionais, centrados no agronegócio, latifúndio, agrotóxico, nos transgênicos, na exportação e na exploração incontida dos recursos naturais. E são essas ações que geram exclusões sociais e educacionais (LEITE, 1999).

Tendo isso em vista, é necessário que a educação seja voltada para um modelo de agricultura inclusiva. O que seria para Lima et al. (2010, p. 8) “amplie os postos de trabalho, que aumente as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avance na produção e na produtividade centradas em uma vida mais digna para todos e respeitadora dos limites da natureza”.

Entretanto, esse repensar passa por uma reformulação no ano de 2020, isso porque o mundo foi surpreendido pela ameaça de um vírus, o Covid-19 ou o novo corona vírus. Essa pandemia colocou as sociedades em alerta, além de que novos olhares tiveram que ser repensados para o convívio e trabalho nesse momento.

A Organização Pan-Americana da Saúde (2020) contextualiza que no dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde/OMS foi alertada sobre um surto de pneumonia na província de Hubei na República Popular da China. Esse surto foi causado por um novo tipo de corona vírus, o SARS-CoV-2, causador de uma infecção respiratória Covid-19. Em janeiro de 2020 a OMS declarou que o novo corona vírus era um surto de saúde pública internacional, já em março ele foi considerado uma pandemia, visto que atingia a todas as regiões do planeta. O vírus se tornou preocupação na maioria dos países, isso pela facilidade de contágio e rápida letalidade.

O Covid-19 não afetou somente a área da saúde, ele acabou impactando a vida social das pessoas, pois uma das normativas para o controle de contágio está no controle do número de pessoas nos diversos espaços. Nesse cenário, diversos trabalhos e os ambientes escolares foram fechados, priorizando a continuidade de forma remota e digital.



De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO (2020b), o fechamento das instituições educacionais já impactou aproximadamente 70% da população estudantil do mundo, extrapolando para o Brasil seriam em torno de 52 milhões de estudantes. Entretanto, no país a educação não parou, ela foi organizada e adaptada de forma diversa, mesmo em meio à inexistência de uma política nacional de enfrentamento por parte do Governo Federal (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020; VIEIRA; RICCI, 2020).

Para Oliveira (2020) em relação ao fechamento desses ambientes devem ser considerados diversos fatores e que apresentam limitações à educação, seriam eles: o acesso desigual entre as diferentes classes; os recursos pedagógicos on-line; diferenças culturais e outros. E é nesse contexto que o acesso à internet e telefonia móvel se faz um limitante, pois para acessar as aulas remotas e conteúdos é necessário que o estudante possua um bom acesso e que possua os equipamentos.

No Paraná, como em outros estados, o ensino de forma remoto foi um dos caminhos temporários encontrados para continuação do ensino. Com isso, as tecnologias digitais, por meio de plataformas e ambientes de ensino virtuais têm sido utilizadas como métodos pedagógicos de aprendizagem, visando garantir a continuidade das aulas.

Entretanto, a universalização do ensino tem sido barrada por diversos fatores, entre eles, falta de eletrônicos para acesso de aula remota para todos os alunos, e um acesso de internet de qualidade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA (2020), o perfil dos estudantes do ensino regular matriculados em instituições públicas e que não têm acesso domiciliar a internet de qualidade, a falta de acesso é mais marcante no meio rural do que no meio urbano. Corroborando Pereira e De Almeida (2020), se para as escolas urbanas o ensino remoto já foi um desafio, para as áreas rurais o cenário não foi nada melhor, visto que no rural o acesso é mais limitado e nem todas as propriedades possuem sinal de internet.

Em contraponto a estas afirmações, em nossa pesquisa realizada anterior à pandemia, os agricultores foram questionados sobre a existência de eletrônicos em suas residências, isto é, computador e celular. Bem como, a existência da internet em casa e a qualidade do seu sinal. Na Tabela 3 são apresentadas as repostas dos entrevistados sobre o tema mencionado.

Tabela 3 - Disposição de computador, celular, internet e qualidade de sinal dos participantes de pesquisa

AGRICULTOR	POSSUI COMPUTADOR	POSSUI CELULAR	POSSUI INTERNET EM CASA	QUALIDADE DO SINAL DE INTERNET
1	Não	Sim	Sim	Bom
2	Sim	Sim	Sim	Bom
3	Não	Sim	Sim	Bom
4	Não	Sim	Sim	Bom
5	Sim	Sim	Sim	Bom
6	Sim	Sim	Sim	Bom
7	Não	Sim	Sim	Lenta
8	Não	Sim	Sim	Ruim
9	Sim	Sim	Sim	Ruim
10	Não	Sim	Sim	Mediano
11	Sim	Sim	Sim	Bom
12	Sim	Sim	Sim	Sim
13	Sim	Sim	Sim	Cai Às Vezes
14	Sim	Sim	Sim	Não Muito Bom
15	Sim	Sim	Sim	Bom
16	Sim	Sim	Sim	Bom
17	Não	Sim	Sim	Bom
18	Não	Sim	Sim	Bom
19	Sim	Sim	Sim	Bom
20	Sim	Sim	Sim	Razoável

Fonte: Autoria própria (2020).

Dentre os 20 agricultores entrevistados, todos possuem celular e internet em casa, pois como se refere o participante 16: “Hoje precisa ter”. Os motivos levantados entre os participantes para justificar o uso da internet seriam para: o uso das redes sociais, para comunicação, distração/lazer, negócios e pesquisa. Dentre as respostas, chama atenção a do participante 11, quando afirma “para conhecimento e informação” [tem 25 anos e é técnico agrícola]. Nesse sentido, por meio do discurso dos participantes 16 e 11 podemos reafirmar a necessidade das tecnologias, e, portanto, da internet, tanto para fins de lazer, como para uso de novos negócios e atualização de conhecimento.

Entretanto, a qualidade do sinal pode ser um empecilho para a conectividade do agricultor e de sua família. Para os nossos entrevistados 13 relataram que o sinal de celular em suas residências era bom; 7 agricultores a definiram como lenta, ruim, mediana, razoável ou não muito boa. O participante 13 relatou que “cai às vezes”. E o participante 15 e 17 mesmo afirmando que o sinal era bom, responderam que ficavam a mercê de alguns condicionantes ao afirmarem que:



“Bom, só cai com o mal tempo” (ENTREVISTADO 15).

“Bom, depende do lugar” (ENTREVISTADO 17).

Portanto, podemos inferir que para 45% dos entrevistados a internet em suas residências não é de qualidade, o que compromete o acesso a uma internet de qualidade para as unidades familiares desses agricultores. Vindo ao encontro do afirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA (2020, p. 12), que “aproximadamente 5,8 milhões de estudantes matriculados em estabelecimentos públicos de ensino não dispunham, em 2018, de acesso domiciliar à internet com qualidade mínima para atividades remotas de ensino-aprendizagem”.

Outro desafio percebido é que 8 agricultores afirmam não possuir computador em casa, isso representa 40% dos entrevistados. Nesse cenário, podemos aferir que para essas famílias (com sete crianças/jovens) foi possivelmente afetada a realização das atividades escolares de forma remota na pandemia, pois se deu exclusivamente pelo uso do celular. Um fator que pode ser tido como dificultador para o processo de ensino, levando em conta o acesso limitante possível do aparelho móvel para atingir os requisitos propostos pelo ensino remoto, que ocorre por meio de vídeo aulas e de conteúdos disponibilizados em plataformas on-line. Ainda, em casos de determinada faixa etária do estudante, de ensino fundamental, por exemplo, o uso do aparelho deve ser dividido por mais de um membro da unidade familiar.

Dessa forma, pode-se aferir que o ensino remoto, principalmente no meio rural se faz complexo. No qual, a universalização e a qualidade do ensino têm sido afetadas. Por isso é necessário que voltemos nossos olhos para as demandas que existem e sempre existiram nessas localidades. Evocando criações de política públicas que além de estarem preocupadas com a educação nas áreas rurais, também estejam voltadas para a inclusão digital no rural, isso através do acesso e sinal de internet e telefonia móvel.

Enfim, uma educação que libertária e valorizadora das histórias de vida daquelas que direta ou indiretamente, contribuem para os debates da educação do campo, a mercê que sua realidade (NASCIMENTO; BICALHO, 2019). Enfim é preciso uma educação que dialogue com um projeto de vida sustentável, atribuído a dignidade e a perspectivas de futuro (GARCIA, 2012).

Nesse sentido, a educação para o rural deve ser pensada como estratégia para valorização e reprodução da agricultura familiar. Sendo importante a oferta de projetos pedagógicos que propiciem espaços de participação e qualificação da população rural, sem



que esses necessitem migrar para os centros urbanos para obterem uma educação de qualidade ou mesmo acesso à internet.

Algumas considerações

Compreendemos que uma educação direcionada para a população rural é um dos pilares para o desenvolvimento rural. Assim, se torna de suma importância que o segmento da agricultura familiar reivindique um sistema educacional e políticas públicas que sejam apropriados às histórias de lutas, resistência e modo de vida, típicos do meio rural. E é a partir dessas ações e oportunidades que teremos o protagonismo reconhecido da agricultura familiar para o desenvolvimento rural.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castanha (Org). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BATISTELA, Airton Carlos.; ROTTA, Mariza; BATISTELA, Everton Marcos; SILVA, Mara Cristina Fortuna da. **A Educação Brasileira No Meio Rural: Fase Desenvolvimentista-1930 a 1990**. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24399_12370.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

BORGES, Heloísa da Silva. Construção do currículo da educação de jovens e adultos. In: JANTSCH, A. P. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis. Núcleo de Publicação (UFSC/CED). 2001.

BRASIL. Lei n. 10.880, de 09 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de jun. 2004. Seção 1, p. 1.

CAPELO, Marina Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2000. 286 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253383>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CAMINI, Isabela. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: Limites e desafios**. 1998. 170 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo Cordeiro. **O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>. Acesso em: 30 dez. 2020.



FENG, Lee Yun; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante. **A Educação Rural no Contexto Prático, Dilemas e Dificuldades**. UNIARA. São Paulo: 2006. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.uniara.com.br%2Flegado%2Fnupedor%2Fnupedor_2006%2Ftrabalhos%2Fsessao2%2F11_Lee.doc. Acesso em: 13 mar. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castanha (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

FREITAS, Helena Célia de Abreu. Rumos da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v.41, n.9, set, 2011.

FUJISAWA, Dirce Shizuko **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

FUKUI, Lia; SAMPAIO, Efigenia; BRIOCHI, Lueila. **Escolarização e sociedade: um estudo dos excluídos**. São Paulo, INEP/CERU, 1980. 27 p.

GARCIA, Fabiano. **Agricultura Familiar e Letramento**. UFSC, 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ce/wp-content/uploads/sites/373/2019/06/Fabiano-Garcia.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

GÓMEZ, Georgio Rodríguez; FLORES, Javier Gil; JIMÉNEZ, Eduardo Garcia. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996, 378p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2010**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 13 mar. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Acesso Domiciliar a Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disoc_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil avançado do município de Vitorino**. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=122&btOk=ok. Acesso em: 13 mar. 2020.



JÚNIOR, Lincoln Etchebéhère.; BARROS, Sandra Silva de. Projetos de Valorização do Ensino Rural e as Políticas Públicas. **Pesquisa em Debate**, edição especial, 2009.

KOLLING, Edgar Jorge.; NÉRY, Irmão Israel José.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999. 95p.

KREUTZ, Ineiva Terezinha. Educação rural: política pública e a educação que interessa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1.; SEMANA DA PEDAGOGIA, 20., 2008, Cascavel, PR. **Anais [...]** Disponível em: <http://docplayer.com.br/19600808-Educacao-rural-politicapublica-e-a-educacao-que-interessa-ao-movimento-dos-trabalhadores-rurais-semterra.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

LEITE, Sergio Celani **Escola rural: urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Irenilda de Souza; PIRES, Alexandre Henrique Bezerra; BOTELHO, Lauande Corrêa. A Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural e a Formação de Agricultores. **Anais [...]** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Barbosa do Nascimento; BICALHO, Ramofly Breve Contextualização da Educação Rural no Brasil e os Contrastes Com a Educação do Campo. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 41, n. 78, jan./abr. 2019.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, Élvio. de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A Educação Híbrida em Tempos de Pandemia: Algumas Considerações. **Observatório Socioeconômico da COVID-19**: UFSM. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>. Acesso em: 01. out. 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19. **ANPOCS: Boletim Cientistas Sociais**, n. 85, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistassociais/2417-boletim-cientistas-sociais-n-85>. Acesso em: 20 ago. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020 a. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 4 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Impactos da COVID-19 na Educação**. 2020 b. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. **Folha Informativa – COVID19**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 20 dez. 2020.



PEREIRA, Ana Maria Franco; DE ALMEIDA, Maria Zeneide C. Magalhães. Escolas rurais de Rio Verde–GO: os desafios dos professores ao processo de ensino e aprendizagem em meio a pandemia. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 27, n. 1, p. 50-66, 2020.

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: limites e possibilidades do processo de nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002)**. 2007. 186 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, Lourdes Helema da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF, Alvana Maria. A Educação no Meio Rural do Brasil: Revisão da Literatura In: **A Educação no Brasil Rural**. INEP. 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>. Acesso em: 16 mar. 2020.

TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto; CARNEIRO, S. Q. Desenvolvendo o Local com Severinos e Quitérias. In TAVARES DE LIMA, J. (org). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço. 03. p. 71-92.

VIEIRA, Letícia; RICCI, Maíke C. C. **A Educação em Tempos de Pandemia: Soluções Emergenciais pelo Mundo**. 2020. OEMESC. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL___Let_cia_Vieira_e_Maíke_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf. Acesso em: 01. out. 2020.